

Expressões Nominais Definidas na Construção da Imagem do Ministro do STF

Joaquim Barbosa

DEFINED NOMINAL EXPRESSION IN THE IMAGE CONSTRUCTION OF
STF MINISTER JOAQUIM BARBOSA

Eliane Aparecida **MIQUELETTI ***
Paulo de Tarso **GALEMBECK ****

Resumo: Este trabalho apresenta a análise das expressões nominais definidas como recurso para a construção da imagem do ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, em uma reportagem de capa publicada na revista *Veja* no dia 10 de outubro de 2012. A base teórica é a Linguística Textual (KOCH; TRAVAGLIA, 1991; KOCH, 1997, 2002, 2009; GALEMBECK, 2005; MARCUSCHI, 2008; BENTES, 2012) e, segundo esses autores, o sentido é criado no momento da interação e o processo de referenciação é uma atividade discursiva e interacional, realizada por sujeitos sociais, ou seja, envolve um conjunto de seleções dentro das possibilidades da língua e de acordo com as intenções almejadas. Dessa forma, a análise revela que determinadas escolhas ajudam na construção intencional da imagem do ministro Joaquim Barbosa, principal referente do texto: a pessoa comum, de origem humilde, que superou os obstáculos e venceu na vida. O artigo não esgota a possibilidade de análises, mas indica algumas observações que possibilitem ao leitor refletir sobre a necessidade da leitura atenta à constituição dos sentidos.

Palavras-chave: Expressões nominais definidas. Referenciação. Imagem.

* Mestre em Letras (2007) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina. Contato: elianeletti@ibest.com.br.

** Doutor em Filologia e Língua Portuguesa (1990) pela Universidade de São Paulo. Professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina. Contato: ptgal@uel.br.

Abstract: This paper presents an analysis of defined nominal expressions as a resource for constructing the image of the Supreme Court Minister, Joaquim Barbosa, in a cover story published in *Veja* magazine on October 10th of 2012. The theoretical basis is Text Linguistics (KOCH; TRAVAGLIA, 1991; KOCH, 1997, 2002, 2009; GALEMBECK, 2005; MARCUSCHI, 2008; BENTES, 2012) and, according to these authors, the meaning is created in the moment of interaction and the referral process is a discursive and interactional activity, carried out by social subjects, -that is, it involves a set of selections within the possibilities of language and according to intentions desired. Thus, the analysis reveals that certain intentional choices help in constructing the image of the Minister Joaquim Barbosa, the main referent of the text: the average person from humble origin, who overcame obstacles and succeeded in life. The article does not deplete the possibility of analysis, but indicates some observations that allow readers to reflect on the need for the careful reading to the constitution of sense.

Keywords: Defined nominal expressions. Referentiation. Image.

Introdução

Investigar os sentidos realizados nas relações humanas é a preocupação de diferentes áreas dos estudos da linguagem, entre elas encontra-se a Linguística Textual, base de fundamentação teórica deste trabalho. Essa teoria percorreu um longo caminho até incluir em suas investigações o estudo do texto e dos aspectos cognitivos e pragmáticos que a ele se relacionam na produção dos sentidos. Atualmente, parte-se da prerrogativa de texto como “o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos” (KOCH, 2002, p. 17).

Nesse contexto, cabe considerar que, neste artigo, tomamos como objeto de análise uma reportagem especial publicada em uma revista semanal que, assim como outros veículos de informação jornalística, circula pela sociedade com a promessa de levar a verdadeira informação aos leitores. Amparado na promessa de objetividade, o jornalista assegura o compromisso com a imparcialidade, a realidade, o que lhe imprime uma competência própria na seleção dos fatos. No entanto, tendo em vista que “A palavra é fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2004, p. 36), ao realizar certa seleção, o jornalista não apenas distingue os fatos da realidade social, mas também os hierarquiza e direciona.

Assinala-se que a revista *Veja*, suporte do *corpus* a ser analisado, é uma revista semanal e de circulação nacional, publicada pela Editora Abril. Foi criada em 1968, pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. É a revista de maior circulação no Brasil, com uma tiragem superior a um milhão de exemplares. Ela trata de temas como política, economia, cultura, comportamento, tecnologia, ecologia e religião. Ao longo de sua história, verifica-se seu compromisso em acompanhar os fatos de maior destaque no país e no mundo, entre eles os que envolvem questões políticas, como o que será abordado neste artigo.

Nesse sentido, pretende-se analisar o uso de expressões nominais definidas como recurso argumentativo importante na construção dos sentidos na reportagem “O triunfo da justiça”, que tem como título de capa “O menino pobre que mudou o Brasil”, publicada pela *Veja*, no dia 10 de outubro de 2012. As escolhas desse recurso destaca-se, sobretudo, na construção intencional da imagem do principal referente do texto, o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa.

Para tanto, apresentam-se, primeiramente, considerações teóricas acerca da Linguística Textual, sua história e a visão do texto como processo e da referência, mais especificamente as expressões nominais definidas. Logo depois, a análise da capa e da reportagem revelará o uso desses dois recursos no direcionamento de sentidos¹.

1 Considerações Teóricas

1.1 A Linguística Textual: a história e o texto como processo

Entre os estudos linguísticos que adotam o texto como unidade básica de estudo está a Linguística Textual. Ela, como enfatiza Galembeck (2005, p. 68), “tinha por objeto específico os processos de construção textual, por meio dos quais os participantes do ato comunicativo criam sentidos e interagem com outros seres humanos”. No entanto, a teoria passa por etapas ligadas à

¹ Este artigo é resultado de parte de um trabalho realizado como requisito parcial para a conclusão da disciplina *Linguística Textual*, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck, no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina.

evolução do entendimento de língua, sujeito e, conseqüentemente, a ampliação do que se compreende por texto, até que se chegasse à atribuição mais aceitável atualmente, a de texto como “o próprio lugar da interação” (KOCH, 2002, p. 16), objeto autônomo.

É possível destacar três fases evolutivas na construção da teoria, como lembra Galembeck (2005). Na primeira fase – análises transfrásticas –, a língua era vista como representação do pensamento; o texto, acabado e abstrato, esse ainda não é unidade de sentido e sim uma seqüência de enunciados bem formados, as análises ocorrem da frase para o texto, cabendo ao sujeito, passivamente, apreender essa estrutura. Por não tratarem de fatores que ultrapassassem os limites da frase, apresentavam diversas limitações, como o estudo da correferência na construção dos sentidos pretendidos no texto, por exemplo.

Numa segunda fase, a língua começa a ser estudada como estrutura, o sujeito é assujeitado pelo sistema, ou seja, porta-voz, e o texto é o produto da codificação, surgem as “gramáticas textuais”. Essas se mostram dispostas a estabelecer um conjunto de regras partilhado pelos usuários da língua, formular regras para identificar se um texto é bem formado, preocupam-se com a competência textual do falante, pela primeira vez o texto é colocado no centro dos interesses da Linguística. Apesar das contribuições, sobretudo ao considerar o texto como unidade linguística mais elevada que pode se subdividir em unidades menores classificáveis, sabe-se que esse ainda era visto como unidade básica de comunicação, formal e de estrutura composicional finita, produto acabado e abstrato.

No final da década de 70 do século passado, terceira fase, noções de textualidade, sistematizadas, sobretudo, por Beaugrande e Dressler (1981) são trazidas para o foco das pesquisas, assim como as noções de “contexto (genericamente, o conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto) e interação (pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte)” (GALEMBECK, 2005, p. 72), nasce a Linguística Textual.

O foco muda, passa da competência textual do falante, pretensão das gramáticas textuais, para a análise do funcionamento do texto. A língua passa a ser considerada como lugar de interação, o sujeito é ativo e social, passa-se a considerar como essenciais os momentos de produção e de recepção do texto, como afirma Bentes (2012, p. 270) retomando as palavras de Koch (1997), o texto passa a ser abordado “no seu próprio processo de

planejamento, verbalização e construção”, ou seja, resulta de ações finalisticamente orientadas; sendo assim, há fenômenos linguísticos que só podem ser compreendidos no seu interior e tendo em vista essas orientações.

De maneira geral, o texto é visto numa dimensão procedimental, pois se considera que toda ação envolve processos cognitivos ativados pelos parceiros da comunicação no momento da interação, como aponta Koch (2009). Heinemann e Viehweger (1991) elencam quatro grandes sistemas de conhecimentos responsáveis pelo processamento textual: o linguístico (uso do léxico e da gramática da língua), o enciclopédico ou de mundo (experiência declarativa, episódica e intuitiva adquirida ao longo da vida), o interacional (dimensão interpessoal da linguagem e envolve a ações ilocucionais, comunicacionais e metacomunicativo) e o de superestruturas ou modelos textuais globais (tipos e gêneros adequados).

Diante dessa nova forma de ver o texto, nota-se que a concepção de leitura também muda, ela deixa de ser considerada apenas como um ato de decodificação do código linguístico, para ser entendido como um ato de atribuição de sentido. Sentido esse que advém da interação entre os usuários do texto – produtor e leitor/ouvinte – cabendo ao seu produtor, como ressalta Koch (2002, p. 19), um “projeto de dizer” e ao leitor a mobilização do contexto – em sentido amplo – adequado à dada situação comunicativa, a partir de pistas deixadas na superfície do texto, ou seja, no ‘co-texto’.

É preciso considerar a abrangência do contexto em sentido amplo enfatizado por Koch (2002). Atualmente, esse conceito integra, além do conhecimento do cotexto, entorno verbal, como também “a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sócio-político-cultural) e também o contexto sócio-cognitivo dos interlocutores que na verdade subsume os demais” (KOCH, 2002, p. 24). Sendo o contexto sociocognitivo constituído pelos conhecimentos armazenados na memória do leitor que precisam ser mobiliados no momento da compreensão dos textos.

Ressalte-se, assim, que o sentido de um texto depende da ação de produtor e interpretador do texto que são “‘estrategistas’, na medida em que, ao jogarem o ‘jogo da linguagem’, mobilizam uma série de estratégias – de ordem sócio-cognitiva, interacional e textual – com vistas à produção de sentido” (KOCH, 2002, p. 19). Em síntese, o contexto é visto como forma básica para que haja interação e o texto um processo complexo de produção que deixa em seu centro marcas desse processo, pistas essenciais na produção de sentidos.

Como explicita Koch (2002, p. 30), o sentido de um texto não está na estrutura textual em si mesma, mas se constrói a partir dela, no curso da interação. A estudiosa serve-se da metáfora do *iceberg* para justificar esse postulado, segundo essa metáfora, o texto possui uma pequena superfície à vista e uma área muito maior imersa, implícita, exigindo que o leitor coloque a serviço da compreensão do texto, todo o conhecimento de que dispõe para desvelar esses implícitos. Dessa forma, leitor e produtor do texto são coenunciadores, eles colaboram na produção do texto e na construção de seus sentidos, que ocorrem numa atividade interacional na qual os usuários do texto estão de diversas formas envolvidos. Cabe lembrar Bakhtin (2004, p. 113, destaques do autor) ao afirmar que: “Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte* [...]”.

Salienta-se, quanto ao conhecimento de mundo (conhecimento sociocognitivo), que ele está armazenado na memória em forma de “modelos cognitivos”, “blocos” (KOCH; TRAVAGLIA, 1991, p. 60) socioculturalmente determinados e adquiridos por meio da experiência. São eles: os *frames*, os esquemas, os planos, os *scripts* e as superestruturas ou esquemas textuais, cada um deles guarda suas especificidades. Dessa maneira, quando o leitor inicia o processo de leitura de um texto, ativa os modelos adequados a situação comunicativa, de acordo com as pistas textuais. Cabe registrar também que, como lembra Koch (2002, p. 46), cada leitor constrói um modelo diferente para o mesmo texto, já que os modelos sofrem interferência de todo o conhecimento prévio, próprio de cada leitor, por isso cada um pode ter uma compreensão particular.

De forma geral, é preciso considerar o fato de que a maior parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não está nele explícito, mas depende da capacidade de inferência do recebedor a partir das marcas formais que se constituem em indicadores das intenções do autor. Cabe ao leitor apoiar-se nos elementos linguísticos e extralinguísticos para que, assim, possa procurar construir os sentidos presentes no texto.

Nesse sentido, enfatizam-se, neste trabalho, as marcas formais, recurso estratégico que serve de pista – as expressões nominais definidas – orientadora na construção de determinado efeito de sentido do texto “O triunfo da Justiça” publicado pela revista *Veja*, e que será posteriormente analisado. Antes, algumas considerações acerca desse recurso.

1.2 Referenciação e expressões nominais definidas

Ao tratar do uso de expressões nominais definidas como elemento estratégico para a construção dos sentidos do texto, é preciso lembrar que ela está ligada à noção de referenciação sistematizada pela Linguística Textual, que, por sua vez, está ligada às conexões ativadas em dado evento comunicativo, ou melhor, aos elementos que compõem a textualidade, termo cunhado por Beaugrande e Dressler (1981) e integra: coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, aceitabilidade, intencionalidade, em resumo, o que faz de um texto ser um texto.

No entanto, é preciso considerar que os fatores de textualidade são muito questionados por estudiosos da área, já que nem sempre é facilmente possível definir, por eles, a classificação de uma formação enunciativa como sendo ou não um texto.

Sem delongar nas definições dos elementos de textualidade, pois não é esse o objetivo deste artigo, cabe observar que a referenciação está ligada, sobretudo, aos mecanismos de coesão, “o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual encontram-se interligados, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentido.” (KOCH, 1997, p. 35), e de coerência, que “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos” (KOCH, 1997, p. 41).

A referenciação envolve pensar a relação entre língua e mundo, como apresenta Marcuschi (2008, p. 139) há duas possibilidades na tradição dos estudos semântico-discursivos de tratamento da referência: a primeira, mais antiga e que ainda predomina nos estudos lógico-semânticos, parte de uma visão objetiva e realista de linguagem, relação especular, a língua é espelho, cópia ou reflexo o mundo. A segunda posição não acredita que a língua reflita, mas que ela cria uma representação do próprio mundo, relação representacional: “linguagem como atividade sociocognitiva em que a interação, a cultura, a experiência e aspectos situacionais interferem na determinação referencial” (MARCUSCHI, 2008, p. 139). E é nesta segunda concepção que se situa este trabalho, tomando a língua como atividade e o texto como um evento.

Nesse sentido, como fazem referência Marcuschi (2008) e Koch (2002), ao retomar reflexões de Mondada e Dubois (1995), atualmente, o termo

referência é substituído por referenciação, sobretudo devido ao seu caráter processual. Os referentes são tomados como objetos de discurso, construídos num processo realizado no discurso:

A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo. (KOCH, 2002, p. 79).

A referenciação envolve a construção do referente textual e sua representação. O referente não é algo dado, mas construído no discurso. Da mesma maneira, a representação é construída a partir de modelos sociocognitivos e culturalmente determinados. Como bem afirma a autora, a interpretação de uma expressão anafórica não corresponde a apenas localizar um segmento linguístico ou um objeto no mundo, “mas sim em estabelecer uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva” (KOCH, 2002, p. 81).

Tendo em vista como ocorre o processo de referenciação, Koch (2002, p. 83) afirma que há três operações básicas: a ativação dos referentes, quando ele é inserido e a expressão que o representa fica em foco na memória, preenche-se o que ela chama de “nódulo”, endereço cognitivo, e pode ocorrer de maneira direta ou indireta. A reativação, quando o nódulo já introduzido é novamente ativado por outra forma referencial, mantendo o foco. E a de-ativação, quando outro nódulo é ativado, a atenção volta-se para outro referente, mas o foco ainda pode voltar ao anterior, está ligado as inferências.

A referenciação é um exercício de construção de juízos de valor, de opiniões, de desvelamento da posição assumida pelo produtor do texto. Mondada e Dubois (2003) propõem o termo “referenciação” para expressar a ideia de dinamismo que envolve o processo de construção de objetos cognitivos e discursivos no texto. É essa proposta que norteia este trabalho, ou seja, tomar a referenciação como um processo discursivo por meio do qual o produtor do texto manifesta intenções e/ou avaliações.

Em resumo, Koch (1989) afirma que há duas formas de coesão textual: a referencial (aspectos mais semânticos) e a sequencial (elementos conectivos). A ênfase, neste artigo, está na coesividade referencial, dentro da qual estão as formas remissivas não referenciais, ou seja, que não têm autonomia referencial,

como artigos, pronomes, advérbios, entre outros, e as formas remissivas referenciais, dentro da qual encontramos os sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, grupos nominais definidos, nominalizações assim como outras formas que possuem algum tipo de referência virtual própria (MARCUSCHI, 2008, p. 109).

Dentro disso, entende-se que a progressão do texto, ou seja, a manutenção do foco do objeto de discurso introduzido é realizada em cadeias coesivas que podem ocorrer por recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, etc.) ou de ordem lexical (sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais) (KOCH, 2009, p. 67).

Fazendo um adendo, cabe lembrar que a coesão referencial envolve a remissão de um elemento a outros no universo textual e pode ocorrer para trás (anáfora) ou para frente (catáfora) (KOCH, 1991, p. 30-31). Além disso, ainda especificando, a continuidade referencial envolve algum tipo de relação indireta, não correferencial, a qual a estratégia de progressão referencial é implícita, e a direta, correferenciação, quando as expressões nominais anafóricas correferenciais se reportam a referentes previamente dados e explícitos no texto, ou seja, há uma remissão que retoma o referente já introduzido que é reapresentado em outros pontos do enunciado.

Aliás, há casos de retomadas correferenciais em que ocorre uma recategorização do referente, há certa modificação, alteração ou expansão do sintagma nominal antecedente, como pode acontecer no uso das descrições nominais definidas. Essas são constituídas de acordo com determinada escolha entre as propriedades ou qualidades que possam caracterizar o referente com vistas ao projeto comunicativo do produtor do texto, ou seja, de acordo com o que se pretende enfatizar. Dessa forma, a cada recategorização, o produtor expõe seus pontos de vista e propósitos argumentativos (KOCH, 2002).

Como subsidio teórico para a análise da reportagem, utilizou-se das bases explicitadas, mais especificamente no que tange aos processos de referenciação. Vale salientar que apesar de reconhecer que há vários processos de referenciação, neste trabalho a atenção se volta para as expressões nominais definidas, sobretudo atentando-se para as escolhas lexicais realizadas na caracterização do objeto de discurso que mais se destaca no *corpus*.

Cabe esclarecer que as expressões nominais definidas, ou formas nominais definidas, segundo Koch (2002, p. 87), são as “formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante (definido ou demonstrativo),

seguido de um nome” e podem assumir as seguintes estruturas: determinante + nome; determinante + modificador (es) + nome + modificador(es). O determinante pode pertencer às classes dos artigos (definido) ou dos pronomes (demonstrativos); o modificador pode ser representado por adjetivo, sintagma preposicionado ou oração adjetiva. A autora subdivide essas formas em: descrições definidas, nominalizações e rotulações metalinguísticas ou metadiscursivas.

Da mesma forma em Koch (2009, p. 68), a estudiosa subdivide essas formas em descrição definida que se caracterizam pela seleção de propriedades de referente “reais, co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor – daquela ou daquela que, em dada situação de iteração, são relevante par o propósitos do locutor” e formas nominalizadas (nominalizações), “tipo de operação discursiva e *substantivo predicativo* ao lexema utilizado como nome-núcleo dessa construção”. A retomada textual por nominalização pode acontecer, também, com ausência do determinante, nesse caso, geralmente, o nome-núcleo vem acompanhado de modificador ou seguido de demonstrativo, de um indefinido ou, ainda, estrutura comparativa (KOCH, 2002).

Neste trabalho, considera-se a análise principalmente das descrições definidas, conforme configuração acima, algumas observações poderão ser realizadas em relação a outros referentes lexicais que sobressaiam ao logo do texto, para complementação dos sentidos observados, apesar de não ser o foco no momento.

Pretende-se demonstrar, consoante afirma Koch (2002, 2007), que a escolha de uma dada descrição definida pode revelar, implícita ou explicitamente, informações importantes acerca das opiniões, crenças e atitudes do sujeito produtor do texto. Logo, a escolha de um nome-núcleo ou de um modificador pode, por exemplo, ser responsável pela carga avaliativa ou pela orientação argumentativa do texto.

De forma geral, tendo em vista as discussões teóricas aqui desenvolvidas, nota-se que nenhum texto possui de forma explícita todas as informações necessárias à sua compreensão, mas possui pistas dispostas na superfície textual, entre elas a referenciação, que possibilita a recuperação dos implícitos necessários para a ocasião da atividade de produção dos sentidos do texto. Cabe ao leitor desvelar o que subjazem essas pistas, utilizando-se de todo o seu conhecimento prévio com vistas a construção de sentidos adequados a situação comunicativa.

2 Análise²

Como abordado na parte teórica deste trabalho, as expressões nominais integram formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante seguido de um nome. Cabe observar, principalmente, as escolhas realizadas na construção desses grupos nominais com função referencial, principalmente, na seleção de determinados nomes-núcleo e modificadores, seu comportamento textual-discursivo. O enfoque recai no uso das descrições definidas, mas outras expressões poderão ser elencadas de acordo com sua importância para a construção dos sentidos juntamente com aquelas.

Parte-se da capa, considerando que ela introduz o assunto e o referente que será destaque na matéria, este é introduzido na inscrição “O menino pobre que mudou o Brasil”, acompanhado da fotografia de um menino. Utiliza-se da descrição definida com modificador, já recategorizando o referente, Joaquim Barbosa, “O menino pobre” tem-se a configuração: Det. (artigo definido “o”) + nome (menino) + modificador (pobre).

Destaca-se a escolha do adjetivo “pobre” imprimindo a carga valorativa ao que será explorado. Semanticamente, “pobre”, após o nome principal do sintagma nominal, carrega o sentido fundamental daquele que é desprovido ou mal provido do necessário, ideologicamente, dentro do contexto das discussões sociais, o pobre é aquele que, normalmente, tem mais dificuldades de alcançar patamares mais significativos economicamente.

Como discorre Koch (2002, p. 9), o uso dessas expressões é importante ao trazer informações acerca das opiniões, crenças e atitudes do sujeito produtor do texto e, além disso, como apontam Koch e Elias (2007, p. 134), na escolha dessas expressões, o locutor pode ter como objetivo, de acordo com diversos propósitos, levar o interlocutor a conhecer características ou fatos a respeito do referente caracteriza-o, intencionalmente, de determina maneira.

Tendo em vista que o referente só pode ser introduzido se houver acessibilidade a ele, o que se baseia no conhecimento prévio, no contexto partilhado, cultural discursivo, no discurso e na situação, espera-se que o leitor,

² A reportagem pode ser conferida na íntegra no endereço: <<http://goo.gl/eNmX>>, estabelecendo como busca a data ou número da publicação, e também se encontra no Anexo A, ao final deste artigo.

enquanto coenunciador do texto, não tendo conhecimento suficiente para entender quem é o referente apresentado no título, o que parece ser mais provável, possa recorrer a legenda da foto que informa ser “O ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa aos 14 anos de idade no Colégio Estadual Antônio Carlos, em Paracatu, Minas Gerais”, com destaque em vermelho para o nome do referente. Mais uma vez o uso da descrição definida complementa a informação e caracteriza de outra forma o referente que é “O ministro do Supremo Tribunal Federal”.

Mesmo nesse primeiro contato com a temática a ser abordada, nota-se o jogo entre a oposição/comparação complementar entre as duas construções nominais definidas: “o menino pobre” e “O ministro do Supremo Tribunal Federal” ancorando a construção da imagem de Joaquim Barbosa, como poderá ser comprovado ao longo da observação das outras referências buscadas ao longo da matéria.

Ao longo da leitura da matéria, nota-se que a revista destaca vários “papéis” exercidos pelo ministro e em cada momento, de acordo com o que se quer mostrar, recorre-se a um deles representado pelas recategorizações buscadas. Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos partilhados com os interlocutores, de características do referente que o locutor quer ressaltar.

Apresenta-se, então, um resumo das partes, por páginas, apontando as formas nominais que mais se destacam, de acordo com a abordagem feita em cada momento. As formas serão elencadas na ordem em que aparecem no texto e, ao final, um quadro deverá resumir as ocorrências para o fechamento dos comentários gerais necessários.

No início da reportagem, página 68, a história pessoal de Joaquim Barbosa é buscada e mistura-se com o último trabalho, o que tem realizado no julgamento do mensalão, pois é preciso introduzir a discussão que será desenvolvida na continuidade. Sendo assim, novas recategorizações são construídas e as descrições definidas salientam-se na primeira página, misturadas a outras referências diretas: “O menino Joaquim Barbosa”, “Filho de um pedreiro”, “o ministro Joaquim Barbosa”, “Barbosa”, “o ministro”, “relator do processo”, “Barbosa”, “o ministro”, “o relator”. Verifica-se que o uso da descrição definida é saliente e será recorrente nas outras páginas; a escolha dos modificadores contribui na orientação argumentativa que joga entre as imagens do “menino” e do “ministro”, assim como ocorre na escolha das expressões nominais, misturadas as descrições definidas, “Filho de um pedreiro” e “relator do processo”, as quais intensificam a carga de sentido

pretendida pelo produtor do texto nesse momento do texto, ou seja, mostrar que o menino de origem humilde chegou à mais alta Corte do país.

Nota-se, ainda, que, na mudança de foco, do menino para o ministro, as escolhas lexicais são direcionadas para essa imagem, além disso, a escolha da referência pelo nome próprio “Barbosa” imprime no texto certa aproximação com o referente. Corrobora essa ideia o conteúdo da página 69, que, junto a anterior, compõe a apresentação do assunto e fica reservada à fotografia do ministro Joaquim Barbosa.

Vira-se a página e, na página 70, novamente o espaço é para a fotografia, agora a do menino Joaquim Barbosa. Ao lado, na página 71, o enfoque continua sendo na figura do ministro: logo acima se tem a imagem dele junto a Pelé e o “olho do texto” destaca uma declaração de Joaquim a respeito de sua vida humilde. No início do primeiro parágrafo, as discussões giram em torno da admiração que os ministros do STF em geral têm exercido em relação às pessoas comuns, frente à demonstração do trabalho durante o julgamento do mensalão, Joaquim Barbosa, dessa forma, também é incluído, indiretamente, na referência aos “ministros”. No entanto, ao final do parágrafo, o foco é novamente em Joaquim Barbosa e o texto trata ainda da mudança do menino humilde para o ministro. O referente é retomado diretamente pelas referências: “Joaquim Barbosa”, “o personagem”, “o ministro Joaquim”, “relator”, “Joaquim”, “Fritz”, “Joaquim”, “O menino”, “o Joaquim”, “o ministro”, “do menino Joaquim”, “o ministro Joaquim Barbosa”, “do ministro” “do cavaleiro”, “do ministro Joaquim”, “o ministro”, “do relator”, “o ministro”, “herói do século XXI”.

Nota-se que algumas referências já usadas anteriormente voltam a aparecer; além disso, a constância na retomada pelo nome próprio nas descrições definidas ou não: “Joaquim Barbosa”, “Joaquim”, “Joaquim”, “o Joaquim”, “do menino Joaquim”, juntamente com o a referência ao apelido de infância “Fritz”, criam um clima de intimidade com o sujeito em foco, aproximando-o do leitor, pois, nesse ponto do texto, o referente já é mais conhecido.

Ressaltam-se, também, três referências que confirmam o que vem sendo mostrado nesta análise, nos trechos retirados do último parágrafo da página (grifos nossos): “A postura muitas vezes agressiva do ministro, vista com certa reserva até pelos colegas da corte, ajudou a fixar a imagem **do cavaleiro** disposto a enfrentar as resistências em busca de justiça – um ato de bravura”; “Joaquim Barbosa, que quando criança preferia não ir a festas a ter de se

submeter à humilhação de ficar separado dos colegas, é **o personagem** mais visível desse embate que está impondo à corrupção uma estrondosa derrota.”; “O ministro incorpora uma espécie de **herói do século XXI**. Precisávamos de uma pessoa com o perfil dele para romper com os rapapés aristocráticos, pois chegamos ao limite da tolerância com a calhordice no poder’, diz o antropólogo Roberto Da Matta”.

A escolha das expressões nominais: “do cavaleiro”, “o personagem” e “herói do século XXI” auxiliam na construção da imagem do ministro como “o salvador” do julgamento. Realizando uma rápida busca no dicionário, entre as definições para a palavra “cavaleiro”, encontra-se, além da acepção “1. aquele que anda a cavalo” a de “[...] 6. homem nobre; paladino” (FERREIRA, 2000, p. 141). Na primeira classificação para “personagem”: “1. pessoa notável; personalidade, pessoa” (FERREIRA, 2000, p. 530). E para “herói”: “1. homem extraordinário pelos feitos guerreiros, valor ou magnanimidade; 2. Protagonista de obra literária” (FERREIRA, 2000, p. 362). Nota-se que o valor semântico dessas referências auxilia a enaltecer a imagem de Joaquim Barbosa, a pessoa certa para o cargo que exerce, comparável aos super-heróis. Além disso, apenas fazendo um adendo, verifica-se que, para complementar a caracterização, a voz de autoridade do antropólogo Roberto Da Matta é buscada, dando mais credibilidades às afirmações estabelecidas.

Na página 72, o texto ainda apresenta pormenores da vida de Joaquim Barbosa, mas agora ligada mais à sua vida profissional atual, por isso as imagens que a acompanham serem as dos “mensaleiros”. Em resumo, nota-se o direcionamento para a reflexão em relação a como o negro simples chegou a ser indicado por Lula como ministro do STF. Nesse sentido, as escolhas lexicais nas expressões referenciais buscadas integram o universo do cargo exercido: “do ministro”, “Joaquim Barbosa”, “o Joaquim”, “um juiz negro”, “Joaquim”, “Joaquim”, “Joaquim Barbosa”, “o ministro Joaquim”, “de Joaquim”, “Joaquim”. O clima de intimidade permanece nas referências a partir do nome próprio apenas e na construção da descrição definida formada pelo determinante definido seguido do nome.

Cabe salientar também a recategorização “um ministro negro”, no trecho: “O presidente Lula queria indicar um juiz negro para o cargo [...]”, constitui-se num exemplo de descrição indefinida, têm estrutura semelhante à das definidas; a diferença é que o determinante é um artigo indefinido e, apesar de não ser o foco deste trabalho, salta aos olhos por imprimir certa carga de sentido ideológico. Como esta análise tem apontado desde o início,

trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos partilhados com os interlocutores, de características do referente que o locutor quer ressaltar.

Na página 73, não há referência direta ao ministro, pois o foco é a fala dos outros companheiros de Júri. Já na página 74, o texto dá continuidade às informações acerca da vida profissional do ministro, iniciada na página 72. A atuação em conferências e seminário no Brasil e no exterior abordando a questão racial e o direito das minorias, e, atualmente, seu destaque no julgamento são enfatizados. As referências ocorrem no uso de “Joaquim”, “o ministro” e “Joaquim Barbosa”, ou seja, a continuidade é em torno da figura do então ministro que parece aproximar-se, ou melhor, “cair na graça dos brasileiros”.

Dessa forma, na penúltima página, a página 76, também não há retomada direta, via referenciação, ao ministro Joaquim Barbosa, pois as atenções giram em torno das atitudes dos ministros do STF, assunto iniciado ao final da página 74, como é complementado pelas imagens dos ministros que as acompanham. Mesmo assim, entende-se indiretamente que há essa retomada, considerando-se o referente como um dos integrantes do grupo de ministros do STF.

As páginas 78 e 79 fecham a matéria. A figura de Joaquim é retomada, trazida novamente para o foco das discussões na página 78, enquanto ministro que é no momento e possível presidente do STF, por isso, mantem-se essa imagem ao buscar as referências “Joaquim Barbosa”, “o ministro”, “o ministro”, “Joaquim”, “Joaquim Barbosa”.

O Quadro 1, na página seguinte, procura resumir as expressões nominais definidas analisadas neste trabalho, de acordo com as bases teóricas apresentadas no tópico 1.3.

De maneira geral, a análise apresentada procurou mostrar, como ressalta Koch (2002, p. 106), que a referência textual precisa ser vista para além das restrições em relação à anáfora, mas considerando as funções cognitivas, semânticas, pragmáticas e interativas das formas referenciais. As expressões referenciais cumprem papel importante na manipulação das representações fornecidas pelo discurso:

Em outras palavras: a função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multiformes que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva. (KOCH, 2002, p. 106).

Quadro1 – Expressões referenciais analisadas

Expressões nominais definidas: descrição definida	
<p>p. 68: “O menino Joaquim Barbosa”, “o ministro Joaquim Barbosa”</p> <p>p. 71: “o ministro Joaquim”, “do menino Joaquim”, “o ministro Joaquim Barbosa”, “do ministro Joaquim”</p> <p>p. 72: “do ministro”, “o Joaquim”, “o ministro Joaquim”</p>	<p>Det. (artigo definido o) + modificador (adjetivo) + nome</p>
<p>p. 68: “”, “o ministro”, “o relator”,</p> <p>p. 71: “os ministros”, “o personagem”, “O menino”, “o Joaquim”, “o ministro”, “do ministro” “do cavaleiro”, “o ministro”, “do relator”, “o ministro”, “do ministro”, “o Joaquim”, “de Joaquim”</p> <p>p. 74: “o ministro”</p> <p>p. 78: “o ministro”, “o ministro”</p>	<p>Determinante + nome</p>
Outras expressões	
<p>p. 68: “Filho de um pedreiro”, “Barbosa”, “relator do processo”, “Barbosa”</p> <p>p. 71: “Joaquim Barbosa”, “relator”, “Joaquim”, “Fritz”, “Joaquim”, “herói do século XXI”</p> <p>p. 72: “Joaquim Barbosa”, “Joaquim”, “Joaquim”, “Joaquim Barbosa”, “Joaquim”</p> <p>p. 74: “Joaquim”, “Joaquim Barbosa”</p> <p>p. 78: “Joaquim Barbosa”, “Joaquim”, “Joaquim Barbosa”</p>	<p>Expressões que condensam as informações postas.</p>

Fonte: Os autores.

Ao retomar, direcionar, enfim, referir-se a um objeto do discurso a partir de expressões linguísticas diferentes, o locutor traz para a cena do discurso toda a carga semântica e, de certa forma, afetiva que a expressão representa em dada situação, com vistas a convencer o leitor acerca de uma imagem construída pelo discurso. Nesse caso, pode-se evidenciar que a construção das descrições definidas, sobretudo na escolha do nome-núcleo ou pelo acréscimo de modificadores classificadores e avaliativos, destaca informações importantes na caracterização do referente Joaquim Barbosa, constrói imagens e direciona a interpretação, fica evidente a função de recategorização argumentativa a mescla entre a figura do “menino pobre” e do “ministro do STF”.

Além disso, o uso das outras expressões apontadas, como os nomes próprios, apelido, auxiliam na construção das imagens do referente principal, enfatizado os “papéis” realçados em cada momento do texto e, de certa forma, aproxima-o do coenunciador, o leitor.

As expressões nominais definidas, no plano meramente textual, ajudam a coesão remissiva, a sequenciação do texto, mas, no plano discursivo, sinalizam a força argumentativa, evidenciando características importantes do ministro, que é visto como um herói, alguém que vem salvar os brasileiros da corrupção política.

Considerações Finais

As reflexões teóricas e a análise realizada mostraram que, na reportagem “O triunfo da justiça”, a escolha de determinadas expressões nominais definidas constituem-se em pistas que quando desveladas pelo leitor revela sentidos implícitos. Pistas escolhidas estrategicamente com o intuito de enfatizar determinados sentidos e, como destacado neste trabalho, determinada construção da imagem do ator principal, o ministro Joaquim Barbosa.

Joaquim Barbosa era o menino pobre, é o negro, é o Barbosa, é o Ministro que, nessa relação conflitante entre simplicidade e poder, foi sendo construído pela reportagem, na escolha, sobretudo, das palavras para a referência. A imagem é a do super-herói, pessoa comum, de origem humilde, que superou os obstáculos, venceu na vida e, agora, “salva os brasileiros” ao fazer a justiça triunfar.

Em síntese, é preciso entender que o processo de referenciação é uma atividade discursiva e interacional, realizada por sujeitos sociais; os referentes

são objetos de discurso. Dessa forma, toda escolha é estratégica, implica a seleção, feita pelos interlocutores, dentro das possibilidades da língua e de acordo com as intenções almejadas.

Este artigo não pretendeu esgotar as possibilidades de análises de recursos que o *corpus* permite, mas, indicar algumas observações que possibilitem ao leitor refletir em relação à necessidade da leitura atenta aos sentidos a ser reconstruídos, tendo em vista que, nesse processo de atribuição de sentidos, está sempre em jogo a interação dos interlocutores que se constituem e são constituídos continuamente em determinada situação sociodiscursiva.

Anexo A – Reportagem analisada



Capa

Brasil

O TRIUNFO DA JUSTIÇA

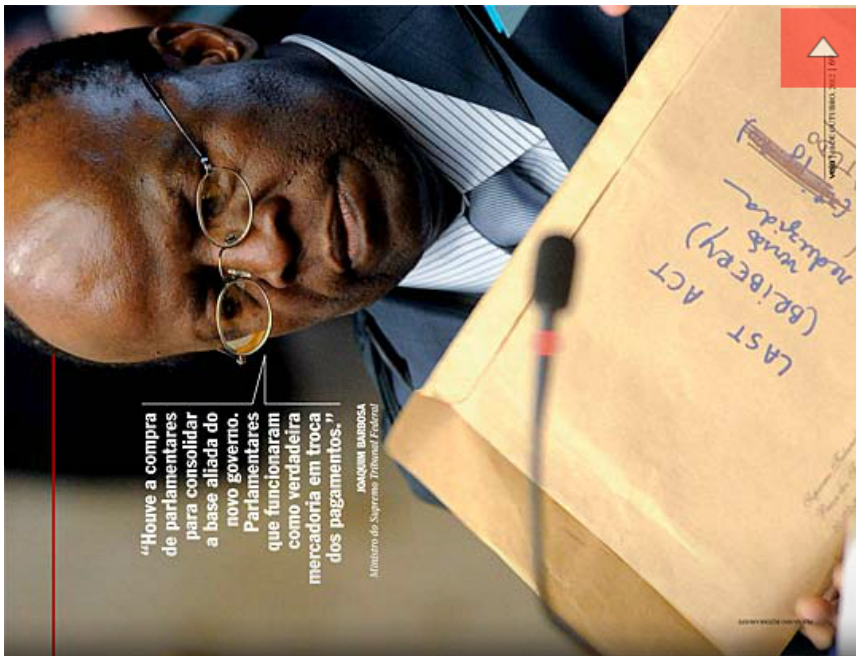
Os ministros do Supremo Tribunal Federal condenam os mensaleiros, denunciam a corrupção e caem nas graças dos brasileiros, carentes de referências éticas

MUO MARQUES E LARISSA BRIZ

O ministro Joaquim Barbosa anunciou se absteria de votar a favor da decisão de reservar um pedreiro, cresceu e ganhou um filho de sete meses. O ministro não se absteve de votar a favor da decisão. Na última reunião do STF, o ministro Joaquim Barbosa fez uma última revisão no texto. Cortou algumas cláusulas, acrescentou outras e deu sua aprovação final à sua convocação, cristalizada depois de sete anos como relator do

processo. Durante mais de três horas, Barbosa demoliu a defesa e venceu a oposição dos ministros Dercy Gonçalves, Genivaldo Lulú Soares, mostrando como eles tesaram dinheiro desviado dos cofres públicos para subornar parlamentares e políticos do governo Lula. Exaurido pela dor nas costas que o maritiza há anos, o ministro anunciou seu afastamento definitivo do STF. O ministro não ficou sabendo se as provas condenou por crime de corrupção ativa Dercy, Genivaldo e Daltro, que formaram o núcleo de corrupção do governo Lula. Dois ministros acunhamaram o relator e um aceitou em parte as teses da defesa. A votação continua nesta semana, mas o Brasil já sabe que o STF já consolidou perante os brasileiros do país a certeza de que uma Justiça funciona também para os ricos e poderosos.

REPRODUÇÃO DA ESCULTURA DE RICARDO



“Houve a compra de parlamentares para consolidar a base aliada do novo governo. Parlamentares que funcionaram como verdadeira mercadoria em troca dos pagamentos.”

JOAQUIM BARBOSA
Ministro do Supremo Tribunal Federal

REPRODUÇÃO DA ESCULTURA DE RICARDO

Joaquim Barbosa vai assumir a presidência do STF em 2016. Quem acompanha o julgamento pela primeira vez percebe que existe algo que incomoda o ministro tanto quanto tentar cogitá-lo. A todo instante, ele ironiza, provoca, transpira. Parece irritado. São as ferretíssimas e constantes dores causadas pela sacroileíte, uma inflamação na base da coluna. Na quinta-feira, 12 de maio, o ministro experimentou uma almodada elétrica improvisada que aquece e relaxa os músculos. O ministro Barbosa não dá uma de suas maiores paixões: jogar futebol. Antes disso, ele passou a ser muito requisitado para atuar em jogos de futebol. Ele também gosta de jogos de azar, e isso o deixava contrariado. Foi convidado diversas vezes pelo então presidente Lula para participar de uma partida com os convivas de Palácio. Barbosa recusou, alegando estar sob julgamento. Joaquim Barbosa temêntica aceita.



“Eu não queria que o jovem desacreditasse da política. Nem toda política é corrupta. Ao contrário. A humanidade chegou aonde chegou porque é a política ou a guerra.”

CÁRMEN LÚCIA
Ministro do Supremo Tribunal Federal



“Não estou dizendo que não possa ter havido compra de voto aqui e acolá. Estou dizendo que há provas para todos os gostos.”

RICARDO LEWANDOWSKI
Ministro do Supremo Tribunal Federal, ex-vice da presidência



“A acusação é que tem que fazer a prova. A defesa não tem que provar sua versão.”

DIAS TOFFOLI
Ministro do Supremo Tribunal Federal

O VEREDICTO

Os ministros do STF já condenaram 22 dos 28 réus, absolvendo quatro e documentaram o processo em relação a um dos senadores. Na semana passada, começaram a ser julgados os crimes do núcleo político do mensalão — que envolve parlamentares de cinco partidos.

NOME	QUEM E	ACUSAÇÃO	TEMPO
João Paulo Cunha	Ex presidente da Câmara dos Deputados	Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato	De 7 a 42 anos de prisão
Marcos Valério	Publicitário que operava o mensalão	Corrupção ativa, peculato e lavagem de dinheiro	De 7 a 56 anos de prisão
Henrique Pizolato	Ex diretor do Banco do Brasil	Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato	De 7 a 42 anos de prisão
Roberto Jefferson	Presidente do PTB	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro	De 5 a 28 anos de prisão
Romeu Queiroz	Ex deputado do PTB	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro	De 5 a 28 anos de prisão

Pedro Cordeiro	Ex presidente do PP	Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha	De 6 a 31 anos de prisão
Pedro Henry	Ex líder da bancada do PP na Câmara dos Deputados	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro	De 5 a 28 anos de prisão
José Bonifá	Ex deputado do PMDB	Corrupção passiva	De 2 a 12 anos de prisão
Bispo Rodrigues	Ex deputado do PL	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro	De 5 a 28 anos de prisão
Váldemar Costa Neto	Ex presidente do PL	Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha	De 6 a 31 anos de prisão

1. Estatuto e parer de todos os crimes, delitos e multas para cada crime previstos no Código Penal

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981. p. 48-112.
- BENTES, A. C. Linguística textual. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012.
- CAPA. *Revista Veja*, São Paulo, Abril, ed. 2290, 10 out. 2012.
- FERREIRA, A. B. de H. *Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GALEMECK, P. de T. A Linguística Textual e seus mais recentes avanços. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, p. 68-77, 2005.
- HEINEMANN, W.; VIEHWEGER, D. *Text-linguistic: une einföhrung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARQUEZ, H.; DINIZ, L. O triunfo da justiça. *Veja*, São Paulo, Abril, ed. 2290, 10 out. 2012. p. 68-79. Disponível em: <<http://goo.gl/eNmX>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

Recebido em: 28/04/2013

Aceito: 03/02/2013